



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CONVOCAÇÃO Nº 06

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Data: 22/08/2023

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

A reunião foi coordenada pela Superintendente da SUVISA, Dra. Flúvia Amorim, deu início a reunião:

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Constatação nº 650201 Auditoria SES 1099 – Alvará sanitário – documentos necessários e única pendência é vistoria SUVISA que não foi realizada. Por que o município não está conforme? - (Vigilância Municipal de Mineiros).

Dra. Janine Carvalho – SMS Mineiros, disse que o município de Mineiros está inconformado com a falta de alvará sanitário das unidades básicas de saúde, foi solicitado, com antecedência, a fiscalização para liberação do alvará na SUVISA, enquanto aguardava a fiscalização teve uma auditoria que avaliou como não conforme, foi injusto, insensível, porque toda a documentação foi entregue.

Dra. Eliane Rodrigues – GVS/SUVISA/SES, disse que realmente existem pendências de Mineiros na SUVISA que precisavam ser regularizadas a questão da inspeção e o próprio licenciamento, a maioria das unidades básicas não possuem licenciamento por diversas razões, principalmente em relação à estrutura, o caso específico de Mineiros na parte da Vigilância está em andamento.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Morgana Pedrosa – SUVISA/SES, disse teve reunião para analisar o porquê não teve inspeção no ano de 2022, e nem no ano de 2023 todas as unidades já estão com alvarás em dia, já está pacificada a parte da Vigilância, no ano de 2022 não tem como retroceder e fazer inspeção.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, sugere ao Município de Mineiros verificar na auditoria, conforme o processo em andamento, que considere a abertura de solicitação como documento para o inquérito civil, são muitos municípios com unidades pendentes, a SUVISA está processo de regularização de todas, pede aos Municípios fazer diagnóstico da sua realidade da rede, fazer força tarefa para regularizar a situação sanitária dessas unidades, os municípios têm dificuldades principalmente de estrutura física de unidades que às vezes precisa de reforma ou construção, mas procedimento interno que é protocolo de práticas dentro do serviço não precisa de muito recurso só de profissionais e um responsável pela unidade.

Dra. Cinara – SMS Mineiros, disse que as pendências na SUVISA foram pacificadas, foi lamentável a auditoria não considerar, naquele momento o município não tinha pendências para ser resolvido, todas as documentações foram encaminhadas, estava aguardando a supervisão para seguir o trâmite, foi como se o município não estivesse cumprindo seu papel, era só dizer que o processo estava em andamento e não que o município não tinha feito a sua parte em termos de documentação, o município é rigoroso nas unidades que falta estrutura, está construindo novas para substituir as antigas.

Dra. Daniela Sallum – SMS Iporá, disse o Município tem pendências, aguarda a SUVISA para liberação do tomógrafo, paga para realizar o exame fora e ainda faz o transporte de pacientes, solicita atenção especial, celeridade para liberar o serviço que atenderá toda a região.

Dra. Janine Carvalho Martins – SMS Mineiros, disse que a Vigilância Sanitária Municipal fiscalizou as UBS, mas oficialmente pela pactuação é a SUVISA que fiscaliza, o alvará emitido pela Vigilância Municipal 22/ 2023 não é válido, precisam responder ao judiciário em setembro 2023, para validade do alvará da Vigilante Municipal a repactuação é urgente.

Dra. Eliane Rodrigues – GVS /SUVISA/SES, reforçou que é muito importante que os municípios façam contato com a SUVISA para alinhar alguns conceitos, evitando tratativas individuais no GT sobre questões específicas e peculiares. Solicitou aos gestores que



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

estreitem a comunicação com a Vigilância, que possui um ritmo a seguir, como aprovação de projetos, inspeção sanitária e regularização de diversos serviços. A regularização dos serviços públicos é priorizada. Foi solicitado que Iporá entre em contato com a SUVISA para liberação do serviço. Em relação ao município de Mineiros, será necessário entender a situação da pontuação e da emissão de alvará realizada por equívoco, promovendo uma tratativa, visto que o município demonstra interesse na repactuação. Conforme o acordo, essa repactuação ocorre no último trimestre do ano. Assim, é necessário organizar para que seja feita a partir do mês de outubro de 2023.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, reforça que questões específicas dos municípios, entrar contato com área técnica para resolver, trabalhar GT algo que seja geral.

Dra. Cinara – SMS Mineiros, disse que o município sempre buscou informações, telefonemas, vários e-mails enviados, houve proatividade do município desde 2021 tentando resolver essas questões de alvará e com informações muito discrepantes inclusive a emissão dos alvarás pela Vigilância Municipal foi um dos problemas de comunicação, acha que não é só pontual do município, foram várias tentativas e contato num consenso de informação e não foi possível.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, concordou com o Município de Mineiros quando coloca a questão tentar trazer assuntos de maneira mais macro, porque os municípios, de maneira geral, não é só relacionada a assuntos demandas da Vigilância, tem tido algumas dificuldades nas pautas de um determinado assunto nas reuniões CIRs, é comum não resolver, às vezes não são orientados adequadamente, segue para pauta no GT e CIB exatamente por conta da fragilidade na primeira reunião, o COSEMS traz essas dificuldades, desafios que os municípios enfrentam não é no sentido de acusar é de mostrar problemas ocorrido na ponta para tentar ser mais resolutivo com pautas mais específicos da região.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, disse que é bom entender o todo, tem nova proposta de trabalhar o fluxo das CIRs, para todas as pautas serem enviadas previamente, maior antecedência possível, para serem direcionadas adequadamente, dar apoio necessário e resolução no momento, mudar a forma de trabalhar buscando melhorar e dar as respostas. Reforça repactuação será em outubro, os municípios que queriam rever as suas repactuações para aumentar ou diminuir o número de atividades, tem um manual guia, o passo a passo da repactuação.

Encaminhamento: Repassar para área técnica, o item não vai para reunião da CIB.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

1.2 – Ações e serviços prestados pela Coordenação e Fiscalização do Comércio de Medicamentos e Produtos Controlados/Suvisa – Notificação referente a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial, bem como as responsabilidades solidárias. (SMS de Serranópolis)

Dra. Simone Elias – SMS de Serranópolis/Vice Presidente do COSEMS, disse foi com o farmacêutico na SUVISA buscar orientação sobre os medicamentos psicotrópicos porque não tinham nada organizado sem livros de controle, saíram com pouca orientação com uma intimação e uma notificação ao mesmo.

1.3 – Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-VISA) 2023 – Proposta apresentada no GTVISA – CIT e que deverá ser pactuada em CIB. (Eliane Rodrigues – Gerência de Vigilância Sanitária/ GVS).

Dra. Eliane Rodrigues – GVSS/SUVISA/SES, informou que o Ofício Circular nº 14/2023/CSNVS/ASNVS/GADIP/ANVISA trata da transferência de recursos financeiros do Piso Variável 2023 para Estados, Distrito Federal e municípios reconhecidos como referência em suas regiões de saúde. Ressaltou que o documento propõe a manutenção da destinação orçamentária aos Estados que desenvolvem ações de Vigilância Sanitária Regionalizada sob o aspecto da gestão da qualidade, devendo ser dada continuidade ao trabalho com os municípios eleitos em reunião da CIB. Destacou que os municípios de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia receberam um montante de R\$ 300.000,00 cada, valor diferenciado em razão das atribuições específicas relacionadas à inspeção de medicamentos e produtos para saúde, classificados como grau de risco III e IV. Os demais municípios foram contemplados em função das ações de priorização e discussões da temática da Vigilância Sanitária no território. Foram mencionados os seguintes municípios: Uruaçu, Campos Belos, Catalão, Ceres, Goianira, Goiás, Iporá, Goianésia, Luziânia, Itumbiara, Jataí, Planaltina, Porangatu, Posse, Rio Verde e São Luís de Montes Belos, que receberam, no ano anterior, o valor de R\$ 44.937,00 como sede para realização das oficinas. Informou ainda que o repasse do recurso permanecerá vigente até dezembro de 2024 e propôs a pactuação quanto à manutenção dos mesmos municípios contemplados no exercício anterior como representantes para o desenvolvimento das atividades. Falou que não tem data definida, precisa pactuar em reunião da CIB até outubro deste ano, para execução do repasse do piso variável até dezembro.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, sugeriu que a SES convoca os municípios que aceitaram ser representantes, com cópia COSEMS, e cria crité-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

rios de escolha para outros que deram não aceite, o COSEMS vai solicitar orientações do CONASEMS.

Encaminhamento: não vai para a reunião da CIB.

Dra. Eliane Rodrigues – SVSS/SUVISA/SES, antecipou o informe 3.5, que convoca os gestores municipais representantes da VISA para apresentar a proposta da sede das oficinas com a temática “Gestão da Vigilância no Território”, relativas ao recurso de 2023. Para os municípios que não conseguiram executar o orçamento para as oficinas, serão oferecidas orientações e acompanhamento para que possam executar o recurso e realizar as oficinas. Será necessária uma reunião com todos esses municípios na semana seguinte para definir a agenda das 18 oficinas, que precisam ocorrer ainda este ano, visto que o tempo é bastante curto. Dra. Eliane solicitou o apoio do COSEMS para sensibilizar os gestores representantes das VISAs e das regionais envolvidas no território, que sediaram e auxiliaram na execução dessas oficinas.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente /SUVISA/SES, disse que os municípios sempre solicitam discussão das ações de vigilância no território e essas oficinas atende as solicitações, pedir ajuda dos Municípios para acelerar o máximo na atualização das Ações de Vigilância no território para realizar até dezembro 2023.

Dra. Eliane Rodrigues – GVSS/SUVISA/SES, disse que existe uma proposta de uma dinâmica ser conduzida nessas oficinas e as temáticas regionalizadas, é importante reunir acordar o calendário com os municípios polos da região para definir pautas das oficinas, com temáticas específicos para cada região, que tem realidades diferentes e entender o nível de discussões elementares e complementares.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, sugere fazer uma prévia com 18 municípios para fazer um alinhamento de quais as temáticas e como vai ser a oficinas, porque o município responsável pela organização da oficina por isso que recebe esse recurso, precisa trabalhar mais rápido possível.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que, ao qualificar os profissionais, as ações da VISA serão aprimoradas. Ela destacou que entregar uma proposta de oficina para cada Macrorregião de Saúde é mais eficaz, pois cada região possui uma realidade diferente. Considerando a dificuldade de realizar reuniões rápidas com os municípios, sugeriu que o ideal seria utilizar um formulário com questões específicas



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

para levantar ideias, dificuldades ou temas da Vigilância Sanitária que possam servir de subsídio para a organização das oficinas. Ela explicou que, embora o município receba o recurso e seja o anfitrião da oficina, garantindo local, alimentação e todas as condições necessárias para a realização, a parte técnica será responsabilidade da Secretaria de Estado. É necessário alinhar as responsabilidades e deixar muito claro o papel de cada um. Dada a urgência, não será possível aguardar as reuniões de CIR do mês de setembro, e talvez não haja tempo para esperar todas as discussões. Como alternativa, sugeriu que cada CIR faça o levantamento nas suas reuniões. Outra opção para levantar os temas seria organizar um link, uma forma de captar dos municípios as sugestões de temas para as oficinas.

Dra. Eliane Rodrigues – GVSS/SUVISA/SES, concordou com a ideia de utilizar o Google Forms para enviar aos municípios, permitindo uma escuta mais rápida e antecipando a reunião. Com as respostas de todos os formulários, será possível apresentar uma proposta para cada Macrorregião de Saúde.

Dr. Rafael – SMS Campo Limpo, disse que Anápolis recebeu o recurso e ainda não realizou as oficinas, tive troca de gestão, para fazer o monitoramento sugere o nivelamento das VISAs com uma planificação da Vigilância, um formulário é raso às vezes ambíguo, para colher informações, talvez um link com tema próprio os secretários consigam transferir a ideia do que precisam para realizar as Oficinas.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, complementou disse ser importante ouvir os municípios para atender as necessidades da região, nas oficinas precisam fazer uma contextualização histórica, breve, explicar como foi a pactuação, porque houve troca de gestão não só em Anápolis mas em outros municípios também.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, como apresentação e discussão para relembrar a origem e destino do o recurso servia que as oficinas vão começar a ser realizadas nesse ano e mostrar o quadro com valor para os municípios e qual foi a destinação.

Dra. Eliane Rodrigues – GVSS/SUVISA/SES, concordou, disse com o formulário fíaco, é uma primeira escuta para entender o cenário, é só uma escuta prévia a definição da modelagem seria nas reuniões individualizadas, faz a contextualização em reuniões da CIB.

Encaminhamento: vai para a pauta da CIB como Apresentação e Discussão.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Encaminhamento: Reunir com os municípios para pegar o aceite e na reunião da CIB de setembro expõem o assunto novamente.

1.4 – COSEMS - solicita devolutiva da ação tomada pela SUVISA frente ao relato do município de Chapadão do Céu, que culminou na pauta 1.6 do GTVS de 27/06/2023. (COSEMS).

Encaminhamento: o item não vai para CIB

1.5 – REVELAC: avaliação da efetividade da vacina contra influenza. (Tatiana Sardeiro – Coordenação de Doenças Imunopreveníveis e Respiratórias/ GVEDT/ SUVISA).

Dra. Tatiana – enfermeira da SUVISA, continuou falando que se pode observar que a maior parte dos municípios tinha entre 1 e 2 fichas de notificação para investigação, com exceção dos municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia que tinha maior número de casos para investigar. Esse fluxo foi feito através de apresentação do projeto na reunião com as Regionais de Saúde, COSEMS e Municípios com objetivo de investigar e a importância de avaliar a efetividade da vacina. No mesmo dia que fizeram a reunião houve a distribuição aos municípios e a partir disso os municípios fizeram as investigações da situação vacinal de influenza do ano de 2023. Então os municípios repassaram para o Estado os comprovantes de vacinação, a ficha de notificação, também o controle diário de investigação. Disse que fizeram a conferência dos dados e estes dados foram encaminhados ao MS e como resultados preliminares os municípios investigaram 95 casos de SRAG em crianças de 06 meses a menores de 05 anos e idade. Desses 52 não foram vacinados, 26 foram vacinados e 17 ignorados, com isso foi orientado sobre a importância da vacinação para evitar casos graves. Outra questão é a qualificação da ficha de SRAG como também a forma de registro das doses aplicadas da vacina de influenza. A partir da primeira etapa colocam a mudança do registro nominal das doses aplicadas, a continuidade do projeto e o apoio na segunda etapa de investigação. Mostrou uma tabela com as fases das atividades. Na segunda etapa foram selecionados mais 29 municípios para poder participar. E de forma bem breve era isso que gostaria de apresentar sobre o projeto e estava a disposição para perguntas.

Dra. Carla – COSEMS, agradeceu a todos envolvidos no projeto. Disse que é uma pauta importante para subir para CIB, entretanto de forma resumida. Deseja que possam cum-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

prir todas as etapas e que possam oferecer resultados positivos com relação a própria mobilização em favor da vacina, pois é isso que almejam alcançar.

Dra. Joice – Gerência de Imunização, disse que em relação ao registro o MS já fez o contato prévio para iniciar o registro nominal da vacina de influenza dos Estados. Tem o painel de influenza registrado as doses, verificaram também que é possível registrar de forma nominal, então seria uma discussão para levar porque a cobertura vacinal ainda é através de painel, logo é uma discussão para ser levada para o MS.

Dra. Carla – COSEMS, disse que precisam discutir isso melhor e é uma discussão que deve ser levada para Tripartite, logo é uma discussão para ser discutida posteriormente, mas é valido ser discutido no GT.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, pontuou que é a única vacina que não é nominal, então precisam lutar para conseguir avançar, pois é uma caminho de ser feito o registro nominal até para melhorar os dados para fazer a busca de quem foi vacinado. Finalizou falando que a pauta sobe para a pauta da CIB para apresentação e discussão.

1.6 – Microplanejamento no Estado de Goiás. (Joice Dornelles – Gerência de Imunização/ SUVISA).

Dra. Joice Dornelles – Gerência de Imunização/ SUVISA, informou que o objetivo geral do Microplanejamento no Estado de Goiás é trabalhar e oportunizar, por meio da multivacinação, o acesso à vacina para todas as pessoas. Foi realizado um estudo para formar um grupo de multiplicadores que trabalharão pontualmente em cada Macrorregião de Saúde, com ações específicas para os municípios, visando melhorar tanto o acesso da população quanto a cobertura vacinal de forma efetiva. Pontuou que o trabalho será intersectorial, com grande foco na Atenção Primária à Saúde, especificamente na área da imunização, para garantir a realização efetiva das ações. Nesse contexto, foi publicada a Portaria GM/MS nº 844, de 14 de junho de 2023, que dispõe sobre as ações de multivacinação no âmbito do SUS para o exercício de 2023, incluindo a instituição de um incentivo financeiro de custeio, excepcional e temporário, para esse fim. Os recursos já foram repassados aos municípios e ao Estado, com a primeira parcela correspondente a 60% do valor total, e a segunda parcela de 40% será repassada à medida que as ações de microplanejamento forem realizadas. O foco é trabalhar tanto as ações de rotina quanto as campanhas vigentes, com a multivacinação sendo priorizada no mês de setembro. Já foram realizadas reuniões com os municípios indicados pelo Ministério da Saúde, nos quais devem ser concentrados os esforços do microplanejamento. A ação efetiva de campanha será inicia-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

da no dia 30/09/2023, com o "Dia D" marcado para 07/10/2023, e a finalização prevista para 14/10/2023. A iniciativa será intensa, envolvendo todos os municípios, com o objetivo de melhorar a cobertura vacinal. Esclareceu que será realizada uma reunião com as Regionais para alinhar as questões do microplanejamento, permitindo o início do planejamento das ações. É essencial o grande envolvimento de todos para melhorar as coberturas vacinais.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, disse que é uma pauta importantíssima para subir para CIB e são ações que ser forem bem-feitas conseguiram mudar a realidade da cobertura vacinal. Disse que conversaram de forma geral para liberarem os profissionais para a capacitação. A pauta sobe para pauta da CIB, pediu que a Joice apresente de forma resumida.

1.7 – Situação epidemiológica de H5N1 (Gripe aviária). (Aline Teixeira - CIEVS/GESP/ SUVISA).

Dra. Aline Teixeira - CIEVS/GESP/ SUVISA, apresentou informações sobre o cenário da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP). Informou que, em 22/05/2023, o Ministério da Agricultura e Pecuária declarou estado de emergência zoosanitária em todo o território nacional; a medida foi tomada devido à detecção do vírus da influenza aviária HN de alta patogenicidade – IAAP. A partir do primeiro caso suspeito registrado no país, a Agrodefesa instituiu um Grupo Técnico com o objetivo de articular ações e garantir uma resposta oportuna caso ocorra algum caso no Estado de Goiás. Em relação ao panorama nacional, foram realizadas 1.735 investigações; 426 amostras foram coletadas; três investigações seguem em andamento; e 84 focos foram identificados. No Estado de Goiás, foram realizadas duas investigações; duas amostras foram coletadas; não há investigações em andamento; e não foi registrado nenhum foco até o momento. As ações estão sendo conduzidas de forma colaborativa e multisectorial, com diversos setores envolvidos, promovendo articulação e apoio mútuo para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível, caso surja algum caso. Foi instituído um Decreto de Emergência Zoosanitária para Influenza Aviária; o Plano de Contingência Estadual foi homologado pela Comissão Estadual de Emergência Sanitária; estão sendo realizadas ações preventivas, monitoramento e análise de risco em conjunto com os municípios, setor privado e poder público estadual; houve mobilização de todos os órgãos e entidades estaduais, dentro de suas competências, para apoiar as ações necessárias à prevenção da ocorrência da IAAP e à mitigação de possíveis efeitos decorrentes. Também foram produzidos materiais normativos e informativos; estão sendo realizadas ações de Vigilância de Rumores e articulação com os atores e setores envolvidos. Caso seja encontrada alguma ave morta, deve-se en-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

trar em contato com o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, pelo número 193. Os contatos do CIEVS Goiás foram disponibilizados para qualquer esclarecimento.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, disse que estão monitorando, mas ressalta a importância de todos monitorarem. Umas das primeiras orientações quando encontrar uma ave morta é não tocar na ave. Considerando a importância dessa pauta o item sobe para pauta da CIB.

2 – DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES:

2.1 – Notas técnicas de toxoplasmose gestacional e congênita da SPAIS e SUVISA. (Alexandra Nunes de Assis / Coordenação de Doenças Negligenciadas / GVEDT).

Dra. Alexandra – GVEDT/SES, disse que é de conhecimento de todos que passaram a na CIB de março/2023 o fluxo da toxoplasmose no teste do pezinho e nesse período também avisaram que o Estado lançaria uma Nota Técnica de Toxoplasmose.

Dra. Alexandra Nunes – GVEDT/SUVISA/SES, citou a Nota técnica através da Lei 14.154/2021. Disse que foi separa a Nota em 02 partes para facilitar o entendimento (toxoplasmose gestacional e toxoplasmose congênita) com o objetivo de esclarecer dúvidas dos profissionais quanto a prevenção e fluxo. Mostrou um quadro para orientar os profissionais na diluição do medicamento para ser usado no tratamento. Fluxo do encaminhamento da amostra para ser encaminhada ao Lacen e a dispensação do medicamento. Será feita a divulgação da Nota depois de passar na CIB.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, falou que é muito importante o diagnóstico precoce para início do tratamento. Solicitou o envio do documento ao COSEMS para verificação. Tem município que está tendo problemas no fluxo do envio dos testes. Vai ser apurada essa informação.

Dra. Alexandra Nunes – GVEDT/SUVISA/SES, informou que o fluxo agora é via Regionais. Se houver algum problema entrar em contato com a Regional ou na APAE. A apresentação será disponibilizada no chat.

Dra. Ana Cristina Gonçalves – GVENT/SUVISA/SES, informou que a Nota foi validada e construída em conjunto, estando tudo de acordo pela Vigilância.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, disse ser importante colocar nos informes a situação dos insumos para realização dos testes. Que estava havendo falta mas está regularizando a situação.

Encaminhamento: Vai para a pauta da CIB

2.2 – Pactuação dos novos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia: Hospital Municipal de Itumbiara, Santa Casa de Anápolis e Hospital do Câncer de Rio Verde. (Patrícia Borges – CVEH/GESP/SUVISA).

Patrícia Borges – CVEH/GESP/ SUVISA, para fins de contextualização, apresentou a Portaria nº 1.693/2021, que institui a Vigilância Epidemiológica Hospitalar; a Portaria nº 1.694/2021, que institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar; e a Portaria nº 2.743/2022, que institui a Rede de Vigilância Epidemiológica nas Unidades de Saúde da Atenção Secundária e Terciária no Estado de Goiás, e dá outras providências. O objetivo é fortalecer e descentralizar a Vigilância Epidemiológica no âmbito hospitalar e ambulatorial, proporcionando aos gestores informações que apoiem a tomada de decisão diante de doenças, agravos e eventos de interesse à saúde. Para adesão à RENAVEH-GO e à REVEAM-GO, as unidades de saúde deverão apresentar à SES-GO a seguinte documentação: I – Cadastro no CNES; II – Termo de Adesão assinado pelo diretor ou representante da instituição mantenedora, firmando o compromisso.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que esse é o caminho. Aproximação com os municípios e mostrar o que os municípios têm a ganhar e também a população.

Encaminhamento: O item vai para pauta da CIB

2.3 – Atualizações sobre o Cofinanciamento das Ações de Vigilância em Saúde. (Cristina Laval – Assessoria técnica do Gabinete SUVISA).

Dra. Cristina Laval – Assessoria técnica do Gabinete SUVISA, informou que existe um processo SEI para acompanhamento da disponibilização dos recursos. As Resoluções CIB nº 002/2023 e nº 834/2023 determinam a abertura de contas bancárias específicas para o recebimento das transferências. Por meio do Ofício nº 4.066/2023/SES, enviado ao COSEMS e às Regionais de Saúde, foi solicitada a divulgação de informações importantes sobre a abertura dessas contas. Até o momento, cinco municípios não abriram conta bancária para recebimento de recursos de custeio; e 130 municípios ainda não abriram



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

conta para recebimento de recursos de investimento. O total de repasse para custeio é de R\$ 3.247.901,20 (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e um reais e vinte centavos); e o repasse de investimento soma R\$ 3.276.979,56 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). A SUVISA está trabalhando junto à equipe de TI na formatação de painéis específicos para cada projeto de cofinanciamento. A proposta é pactuar em CIB o prazo até o dia 30/09/2023 para que os municípios regularizem a abertura das contas específicas de custeio e/ou investimento, necessárias para o repasse do fundo estadual aos fundos municipais. Após essa data, os municípios que não regularizarem a situação ficarão desabilitados a receber recursos de cofinanciamento das ações de vigilância em saúde durante essa primeira edição. Outra proposta vinculada a essa trata dos prazos que impactam diretamente na periodicidade de monitoramento do alcance das metas estabelecidas em cada um dos nove projetos; bem como na liberação de novas parcelas dos recursos financeiros, os quais serão revistos pelas respectivas áreas técnicas, conforme previsto no edital.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, informou que já houve 02 repasses. Os repasses posteriores ficam vinculados ao alcance das metas.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, questionou que tem município que já tem a conta aberta e está recebendo outros cofinanciamentos e não recebe o cofinanciamento da Vigilância. Sugeriu que a proposta seja alinhada entre a equipe da Vigilância e a Diretoria do COSEMS devido a colocação de prazos.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente/SUVISA/SES, disse que é só o município informar o número da conta aberta por e-mail. Isso seria uma proposta para ser discutido com os municípios.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que precisa ficar afinado é a informação e o comunicado uniforme. A conta de investimento ela é uma conta única para as ações de Vigilância. A conta de custeio é a mesma para todas as outras contrapartidas. Com relação ao prazo, por parte do COSEMS não segue para pactuação. Pode se fazer uma Resolução Add referendum depois.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA/SES, disse que a preocupação seria que o recurso venha para a Vigilância e fique na Vigilância e não seja devolvido ao Tesouro Estadual.

Dra. Jaqueline – COSEMS, destacou que, assim como ocorre no Ministério da Saúde, quando o município ou o Estado devolve recurso para a União, não há garantias de que



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

esse valor retornará para o SUS; o recurso volta para o Tesouro. Por isso, é necessário exaurir todas as tentativas para evitar a devolução dos recursos.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA, complementou que seria por isso que estão preocupados o nosso prazo é só deixar claro para os municípios não está querendo apressar e pressionar ninguém só está preocupado com isso quer que o recurso venha para vigilância e fique na vigilância precisa disso, custou foram dois anos de discussão pra consegui e consegui o recurso então foram muito tempo precisa botar esse recurso para andar.

Dra. Jaqueline – COSEMS, falou que além de não devolver pro recurso além da garantia de que voltará para o SUS que voltará para vigilância, já foi tão difícil então temos que exaurir todas as tentativas.

Regional Entorno Sul, falou que ficou sem entender porque quando a Dra. Cristina mostrou os municípios, tem três municípios que a princípio estavam totalmente corretos que não estava no primeiro Ofício que recebeu e agora eles estão nessa atualização, então ficou meio na dúvida apareceram três municípios que estavam corretos antes e que agora eles apareceram nela e aí como estão conversando não vai subir para CIB. E pergunta se é assim mesmo e pode estar passando para esses três municípios que estão aqui porque é aparentemente eles estavam corretos para eles receber e agora vou ter que repassar para eles olharem e entrar em contato novamente.

Dra. Jaqueline – COSEMS, explicou que o tema precisa ser encaminhado para a CIB, mas não como pontuação dos prazos, e sim para que o assunto seja apresentado. Informou que, entre hoje e quinta-feira, será realizada uma força-tarefa, e muito provavelmente na quinta-feira será divulgado um consolidado mais atualizado. A força-tarefa será realizada pelas Regionais de Saúde e municípios, com o apoio dos colaboradores do COSEMS. Destacou que os municípios que já relataram a situação incluindo os cinco que ainda não abriram conta para custeio deverão realizar o procedimento novamente, assim como os demais que ainda não abriram conta para investimento. Os municípios que já regularizaram a situação devem informar por e-mail.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA, sugeriu estabelecer um prazo para a realização da reunião, envolvendo a diretoria e os coordenadores da CIB, a fim de definir essa data de forma definitiva.

Dra. Jaqueline – COSEMS, Pode tentar fazer às 13:30 depois de quinta-feira se pacificar faz a inclusão da pauta, até acha que tem que fazer a força tarefa para fazer uma discussão lá na quinta feira antes da CIB fazer a inclusão da pauta.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Magna Carvalho – GEDNTPS/SUVISA, informou que, nas duas últimas semanas, foi realizado um trabalho de contato telefônico com todos os municípios; foi solicitado que, de preferência, não falassem com técnicos, mas diretamente com secretários, salvo em locais onde não foi possível o contato direto. Em pelo menos três tentativas, não conseguiram falar com o técnico; em algumas situações, conversaram com o setor financeiro, mas na maioria dos casos falaram com o secretário. Relatou que algumas situações foram surpreendentes sem citar os municípios, mas podendo informar em particular, pois havia secretários que desconheciam do que se tratava o recurso ou o projeto de cofinanciamento; em alguns casos, a pessoa responsável pelos projetos havia sido substituída e, após a ligação, a secretária retornou para buscar mais informações. Foi um trabalho árduo: dos 209 municípios envolvidos nos projetos, de 5 a 9 de agosto, não foi possível falar com nove municípios; os demais responderam e se comprometeram a providenciar o necessário. A ação teve início no final de julho e seguiu nas primeiras semanas de agosto, com orientações para repassar os contatos do setor financeiro e tirar dúvidas. Segundo dados mencionados por Flúvia, houve uma melhora significativa: no início de agosto, 130 municípios estavam com pendências, dos quais 89 continuam com problemas específicos. Destacou que ainda considera esse número elevado e questiona a razão dessas dificuldades, já que em nenhum momento elas foram apontadas pelos municípios. Ressaltou que, dos cinco projetos, três dividem o recurso em quatro parcelas e dois em duas parcelas, sendo que a primeira parcela é sempre para investimento. Portanto, o município só receberá a parcela de custeio após a liberação da parcela de investimento. Assim, não importa se a conta de custeio está regularizada; enquanto a conta de investimento não for aberta, o município não receberá nenhum recurso dos projetos. Esse é o principal problema, já que a maioria dos municípios enfrenta essa dificuldade e isso afeta cinco dos nove projetos. A secretaria informou que a reunião marcada para esta manhã é destinada a todos os municípios, não só àqueles com pendências. O convite foi enviado há cerca de 15 dias para tratar das questões técnicas, incluindo cumprimento de indicadores e metas. Explicou que a primeira parcela foi destinada a investimento para possibilitar a aquisição de equipamentos, móveis e outras necessidades, que demandam tempo para compra e organização, para que, posteriormente, seja liberada a parcela de custeio. Questionou como será feito o acompanhamento das questões técnicas, considerando que cada município tem prazos diferentes para cumprimento das metas; o processo envolve prestação de contas a cada seis meses, com variação entre projetos que possuem de duas a quatro parcelas. Alertou que será um grande desafio acompanhar separadamente cada município, e, sem um prazo fixo para essas análises, não será possível acompanhar adequadamente o cumprimento técnico. Finalizou destacando que, independentemente da participação nos projetos, os municípios já têm a obrigação de cumprir esses indicadores e metas. A parte técnica, independentemente de estar em dia ou não, será qualificada e receberá apoio; entretanto, para o monitoramento, se não houver um prazo definido e cada município estiver em momentos



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

diferentes, não será possível realizar um acompanhamento eficaz. É necessário estabelecer um prazo para pactuar o monitoramento, inclusive para que a equipe de TI consiga desenvolver o painel adequado para esse fim.

Dra. Jaqueline – COSEMS, concordou plenamente com a questão da temporalidade, afirmando que não há alternativa; é inegável a existência de ruído na comunicação desde o início desse processo. Ressaltou que a responsabilidade é compartilhada, não cabendo apenas ao COSEMS reforçar as informações junto aos municípios. Destacou que, quando se trata das agendas prioritárias do SUS, como a Assembleia do COSEMS, reuniões de CIRs, GTs, câmaras técnicas e CIB, essas são obrigações de todo gestor municipal. Embora possa-se afirmar que a participação é uma responsabilidade do gestor, não há como obrigar, pois depende da capacidade de cada um e do entendimento local muitos prefeitos, por exemplo, não permitem que sequer o secretário deixe o município, o que dificulta a participação. Reforçou que é necessário alinhar a comunicação, sem desmerecer o trabalho realizado pelo nível central da SUVISA, que é função do órgão; quem conhece os municípios pelo nome são as Regionais de Saúde, portanto a informação e comunicação precisam ser afinadas e alinhadas. Essa é a proposta da força-tarefa que está sendo organizada. Antes da reunião da CIB, prevista para quinta-feira, será promovida a reunião da diretoria do COSEMS para incluir a pauta de pactuação dos prazos. Concordou que será humanamente impossível realizar o monitoramento devido aos lapsos temporais entre a transferência dos recursos e o monitoramento das ações a serem executadas, implantadas e implementadas muitas das quais já ocorrem em vários municípios, mas não são informadas. Reforçou que não se trata de tirar mérito, pois a força de trabalho das Regionais também não pode ser menosprezada, mas a informação precisa ser uniforme. Por fim, sugeriu que o COSEMS poderia elaborar um card único, evidenciando as necessidades em função das resoluções, e trabalhar isso junto às Regionais e apoiadores do COSEMS, pois, se a força for dividida, o resultado certamente será prejudicado.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA, afirmou que não está tratando de algo novo, pois o tema já vem sendo discutido. Mesmo que alguns não tenham participado da CIB, a força-tarefa já foi realizada, com contato pessoal e individual para orientar o que precisa ser feito e como realizar. Ressaltou que há uma falha grande quando, como gestora municipal, recebe um recurso e é informada para abrir conta bancária, mas não o faz não se trata de falta de informação ou orientação. Por isso, não se pode prejudicar quem agiu corretamente; quem cumpriu o prazo ficará com sua parcela parada devido àqueles que, mesmo tendo sido orientados individualmente, não tomaram providências. Defendeu a necessidade de estabelecer prazo. Destacou que houve força-tarefa com as Regionais, que trabalharam cientes das limitações de algumas equipes pela falta de pessoal; a equipe auxiliou e correu atrás, pois é do interesse da Vigilância que o recurso chegue ao município. Enfatizou que não está disputando recursos, mas sim lutando para que os municípios os rece-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

bam, sendo favorável ao estabelecimento de prazo, e o mais breve possível, pois se o ano virar, haverá dificuldades novamente para o repasse. O que estiver empenhado para este ano terá outra negociação e nova LDO no próximo, portanto, é preciso finalizar ainda neste ano. Quem se empenhou e correu atrás não pode ser prejudicado por quem não o fez.

Dra. Cristina Laval – S UVISA, na apresentação informará os recursos já disponibilizados até o momento; há um link específico para custeio e outro para investimento, além da listagem de todos os fundos municipais e os valores recebidos por cada um. A informação de que o município ainda não abriu conta é baseada nos dados do financeiro, que indicam a ausência de repasse. Pode haver outras situações, como apontado por Jaqueline, que tem conhecimento de municípios que já abriram conta. Cabe ao município, que já foi alertado por meio de ofício enviado não só ao COSEMS, mas também às Regionais, sanar as inconsistências. Foi realizada força-tarefa com ligações para os municípios e foram disponibilizados dois canais para esclarecimento de dúvidas: e-mail e telefone. Esclareceu que as informações são provenientes dos repasses financeiros realizados nos meses de junho, julho e agosto, em datas distintas, conforme o momento em que o município disponibilizou a conta para receber os recursos. A proposta é estabelecer um prazo, não punitivo, mas para iniciar a contagem dos prazos de monitoramento do cumprimento das metas, justamente para não penalizar quem ainda não abriu conta. Caso contrário, a contagem teria iniciado em junho e, considerando os meses seguintes, esses municípios não receberiam a segunda parcela, que será liberada em outubro, mesmo sem terem recebido a primeira. Finalizou destacando que toda a discussão tem o objetivo de fazer acontecer, não de dificultar o cofinanciamento; o intuito é ser um catalisador para que os recursos cheguem efetivamente aos gestores municipais e que as ações sejam realizadas.

Dra. Jaqueline – COSEMS, informou que haverá Assembleia do COSEMS na qual o tema será incluído na pauta; além disso, será feito um reforço informativo durante a Assembleia e será organizada uma força-tarefa por meio dos apoiadores para tratar da questão.

Vai pra CIB como apresentação e discussão.

3 – INFORMES:

3.1 – Processo de Certificação da Eliminação da TV Sífilis/HIV – status do andamento. (Janine de Paula – Coordenação Estadual de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis/ GVEDT/ S UVISA).



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Janine – Supercoordenação de vigilância da DST SUVISA, informou que o município de Trindade recebeu parecer favorável para prosseguir no processo de certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV. O próximo passo será a realização da visita local e a qualificação das informações já enviadas por meio de um relatório, além da aplicação do instrumento de avaliação durante a visita. A visita está agendada pelo Ministério da Saúde para a semana de 13 a 15 de setembro de 2023, será conduzida exclusivamente pelos avaliadores do Ministério e dividida em dois momentos: o primeiro consiste em uma reunião técnico-política para apresentação das equipes e dos trabalhos, com apoio da equipe da SUVISA ao município na preparação dessa reunião; o segundo momento é a visita in loco ao serviço de saúde, para que os avaliadores confirmem as informações apresentadas no relatório em relação ao que é observado no serviço.

A coordenação reconhece o empenho da equipe do município de Trindade na elaboração do relatório e deseja sucesso na visita, esperando retornar em breve para informar que o município recebeu a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV.

Dra. Flúvia – COSEMS, ressaltou que é exatamente por isso que precisamos retomar ações já realizadas há algum tempo, como o acompanhamento das crianças, por exemplo, no caso da toxoplasmose congênita e da sífilis congênita, doenças que têm diagnóstico e tratamento disponíveis. Ela enfatizou que não podemos aceitar que esses casos continuem ocorrendo sem a devida atenção e controle.

Encaminhamento: Informa CIB

3.2 – Tratativa das Duplicidades de Notificação no SINAN (HIV/ AIDS/SÍFILIS/ HEPATITES VIRAIS). (Janine de Paula / Coordenação Estadual de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis/ GVEDT/ SUVISA).

Dra. Janine – Supercoordenação de vigilância da DST SUVISA, informou sobre as tratativas referentes às duplicidades de notificações no SINAN para DSTs, HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Explicou que a equipe de informática colaborou para baixar planilhas que foram enviadas às regionais de saúde, contendo notificações com duplicidades separadas por agravo. Pediu atenção redobrada para essa tarefa, que é minuciosa, porém essencial para limpar a base de dados. Solicitou que os coordenadores orientem os municípios para que realizem a limpeza do banco de dados e habilitem o fluxo de retorno, garantindo assim dados epidemiológicos mais fidedignos. Esclareceu que a técnica enfermeira Fabíola está à frente desse trabalho e que todas as comunicações estão sendo feitas pelo e-mail exclusivo duplicidades.suvisaists@gmail.com. Reforçou o pedido de colaboração dos coordenadores de vigilância e saúde das regionais e municípios e colocou a coordenação à disposição para esclarecimentos pelo telefone 3201-3596.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Encaminhamento: Informe CIB

3.3 – Comunicação de dados entre os sistemas SISÁGUA e GAL. (Edna Maria Covem – GVAST/SUVISA).

Dr. Magno – Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental, informou que, em relação à integração do SISÁGUA com o GAL, há uma falha de comunicação entre os sistemas; relatou que entrou em contato com o Ministério da Saúde, que reconheceu a dificuldade e informou estar trabalhando na correção dos erros, porém, sem previsão para o restabelecimento da integração; diante disso, está sendo recomendada aos municípios a inserção manual dos dados no SISÁGUA, ou seja, abrir o GAL, baixar os laudos e inserir as informações manualmente, como era feito anteriormente. Apresentou o cenário atual com base em dados extraídos no dia anterior ao relatório, destacando que 37 municípios inseriram menos de 50% das informações de coliformes totais e 74 não inseriram nenhum dado; 37 municípios inseriram menos de 50% das informações de cloro residual livre e 103 não inseriram nada; 32 municípios inseriram menos de 50% das informações de turbidez e 99 não fizeram nenhuma inserção; ressaltou que os municípios estão realizando as análises, porém não estão efetuando a inserção manual das informações; por esse motivo, a equipe está entrando em contato com os municípios e com as Regionais de Saúde, reforçando a necessidade da inserção manual, já que não há garantia de que, quando a integração for restabelecida, o sistema fará atualização retroativa dos dados; finalizou recomendando, diante do impasse, que os municípios realizem imediatamente a inserção manual das informações no SISÁGUA.

Dra. Carla – Coordenadora Técnica/Cosems, disse que essas questões deveriam ser tratadas também no âmbito das CIRs fazer um recorte um monitoramento segundo região de saúde encaminhar para CIR para ser pauta da região acho que isso também é importante e fortalece.

Regional de Saúde Entorno Sul, falou que se puder mandar a lista porque acredita que é uma das coisas que estão no projeto também e gostaria de saber se seus municípios estão na lista de quem tá fornecendo os dados ou não está, se poder também passar para regional também para poder pautar em CIR.

Dra. Édina / GVSAST/SUVISA, propôs que serão identificados os municípios com essa situação para elaboração de um ofício direcionado a cada Regional, informando a situação da respectiva região; sugeriu que, após isso, será avaliada a necessidade de inclusão



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

do tema nas pautas das CIRs, o que visa organizar melhor o processo; ficou acordado que será elaborado um informe para ser apresentado na CIB, além do envio do ofício para as regionais, com o objetivo de comunicar os municípios sobre a situação.

Encaminhamento: Informe CIB

3.4 – Fluxo para realização do IGRA em Goiás. (Emílio Alves Miranda - GVEDT/SU-VISA).

Dr. Emílio – Coordenação Estadual de Tuberculose, informou que o foco do informe é a realização do exame IGRA para identificar a infecção latente de tuberculose; observou que houve um aumento significativo na demanda, especialmente entre os pacientes que necessitam de uso de imunobiológicos, os quais, ao serem orientados por Juarez Barbosa, pedem o exame para descartar tuberculose ativa; devido à ausência do PPD na rede, a procura por esse exame cresceu bastante; ele mencionou que, para evitar que os pacientes fiquem perdidos sobre onde realizar o exame, a orientação será para que procurem a Secretaria Municipal de Saúde de seu município, já que os encaminhamentos feitos diretamente podem não ser acompanhados adequadamente pelas regionais ou pelo município; também explicou que o LACEN não é uma fonte de coleta e recebe apenas os materiais enviados pelos municípios; para amenizar a situação, o PPD está voltando à rede, conforme comunicado do Ministério da Saúde, o que deve aliviar a pressão sobre a investigação da infecção latente de tuberculose; a recomendação é que, caso o paciente tenha dúvidas sobre como proceder, ele deve buscar orientação diretamente no município ou com a Regional, para que a situação seja tratada da melhor forma possível.

Encaminhamento: Informe CIB

3.5 – Convocação para reunião dos 18 municípios pactuados para realizar a Oficina de VISA (referente ao PVVISA 2022), COSEMS, Regionais e SUVISA. (Eliane Rodrigues - Gerência de Vigilância Sanitária/ GVS).

Foi falada junto ao item 1.3.

Encaminhamento: apresentação e discussão na CIB.

3.6 – Capacitação para implantação do Projeto Ovitrampa, do Ministério da Saúde, em Goiás. (Edna Maria Covem - GVSAST/SUVISA).



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Edna Maria Covem - GVSAST/SUVISA, informou que em junho pactuaram com 12 municípios para a implantação inicial do projeto de fortalecimento e monitoramento cronológico do Aedes aegypti, utilizando armadilhas de oviposição, as ovitrampas; esses municípios já participaram de duas reuniões, realizadas com os municípios e regionais; atualmente, está sendo agendada a capacitação para o manejo das armadilhas, que ocorrerá nos dias 29 e 30 de agosto, em Goiânia; no dia 29, haverá a capacitação teórica, com a presença dos professores José Bento e Diogo, da Fiocruz, além de Ricardo, do Ministério da Saúde, que integrará a equipe de monitoria; no dia 30, será realizada a capacitação prática, seguida da entrega dos kits, os quais já foram recebidos do Ministério da Saúde, preparados e separados por município; os municípios receberão os kits para iniciar o monitoramento; a capacitação contará com cerca de 80 participantes, incluindo 33 representantes dos municípios, 21 das regionais, 6 da equipe do LACEN e 20 da equipe de coordenação, que acompanharão o trabalho das armadilhas; também estão realizando levantamento de outros municípios interessados na expansão do projeto, conforme o compromisso assumido na pactuação realizada em junho.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA, comentou que é muito positivo saber que está sendo implementada uma abordagem diferente da adotada anteriormente; a ovitrampa surge como uma ferramenta adicional para o monitoramento do vetor, que complementará o LIRA, sem substituí-lo integralmente; a intenção é ampliar o uso da ovitrampa para mais municípios; o Estado está adquirindo equipamentos para possibilitar a implantação das armadilhas em outros municípios interessados, além daqueles contemplados inicialmente pelo Ministério da Saúde.

Dra. Bruna Rafaela - Coordenadora do núcleo de vigilância/SMS Palmeiras de Goiás, informou que aguardava a pauta para se manifestar em relação ao levantamento realizado no seu município; foi incluído na pauta que o município dispõe da lupa entomológica, equipamento necessário e exigido para os primeiros 12 municípios que iniciarão o projeto Ovitrampa; entretanto, verificou-se que o município não possui essa lupa entomológica, nem há possibilidade de obtê-la junto à regional; Cláudio Henrique, da Regional Oeste II, confirmou que o único município da regional que dispõe da lupa entomológica para esse trabalho é São Luís de Montes Belos; assim, esclareceu que, inicialmente, não será possível a participação de Palmeiras de Goiás no referido projeto.

Dra. Jaqueline – COSEMS, questionou se há possibilidade de a Secretaria de Estado da Saúde ofertar as lupas entomológicas aos municípios, considerando que se trata de um



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

item essencial para a participação no projeto Ovitrampa e que sua ausência pode inviabilizar a inclusão de municípios previamente indicados.

Dra. Flúvia Amorim – SUVISA respondeu que não porque não tem processo aberto.

Dra. Edna Maria Covem - GVSAST/SUVISA, esclareceu que foi feita uma tentativa de localizar lupas entomológicas disponíveis em outras regionais, a fim de viabilizar um possível remanejamento para os municípios que não dispõem do equipamento, como é o caso de Palmeiras de Goiás. Informou que o município de Palmeiras já havia sido discutido anteriormente, inclusive por ter sido incluído como excedente na pactuação, visto que, inicialmente, o Ministério da Saúde destinou armadilhas apenas para 10 municípios em Goiás. A Regional sugeriu a substituição por São Luís de Montes Belos, que possui a lupa, mas, por já haver pactuação aprovada em CIB, essa troca não pode ser feita sem nova deliberação. Destacou que o município de Palmeiras foi incluído com base em informação equivocada e, por isso, não poderá participar neste primeiro momento. Um novo levantamento será feito e uma nova pactuação será proposta posteriormente, o que permitirá retomar a discussão sobre a inclusão de Palmeiras e de São Luís de Montes Belos. Reforçou que, neste momento, serão capacitados e contemplados com as armadilhas apenas os municípios já pactuados e que possuem os requisitos mínimos, como a lupa entomológica. Ressaltou, ainda, que a aquisição de novos equipamentos pelo Estado é bastante complexa e que, portanto, neste estágio do projeto, a prioridade é trabalhar com os municípios que já possuem a infraestrutura necessária. O projeto oferece as armadilhas, a capacitação e apoio técnico, inclusive com a colaboração do Ministério da Saúde, cabendo ao município disponibilizar os agentes de endemias para o monitoramento e a lupa entomológica, assumindo assim sua parte de responsabilidade na implementação.

Dr. Emílio coordenação Estadual de tuberculose, complementou destacando que sua fala está alinhada com as considerações anteriores, reforçando a importância de os municípios entrarem em contato previamente com a Coordenação Estadual ou com a Regional de Saúde para definir o fluxo adequado. Ressaltou que é necessário evitar que o paciente procure diretamente os serviços sem orientação e se depare com a ausência do exame ou da estrutura necessária. Informou ainda que haverá uma retomada da prova tuberculínica (PPD), o que contribuirá para o enfrentamento da demanda por exames, especialmente aqueles relacionados ao uso de medicamentos imunobiológicos, como ocorre no fluxo do Juarez Barbosa. Finalizou reiterando que, como sempre orientado, é fundamental que



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

haja comunicação prévia com a coordenação estadual e regional, para que o paciente não fique desassistido ou em busca de exames sem a devida articulação com a rede de serviços.

Encaminhamento: Sobe para a pauta da CIM.